O terço do planejamento de volta à agenda Página 5

Artigo: a constituição do docente, por Andreia Buss Página 6

Edição 212 |
Julho de 2018
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe

NOSSO FUTURO ESTÁ NA LUTA

Demonstração de unidade da categoria força reabertura de negociações após reajuste irrisório

Memória Sinprosm: Vicente Brondani
Página 7

Crônica em Rede: Giana Friedrich
Contracapa

EDITORIAL

A FORÇA DOS EDUCADORES

Sinprosm, a força dos educadores! A frase que nos representa hoje sintetiza o resultado da mobilização do dia 12 de junho e traduz a história de lutas e combatividade da nossa categoria. Em quase 30 anos de organização sindical, o magistério municipal jamais se furtou de lutar por seus direitos. O medo não faz parte de nós, professores municipais de Santa Maria. Já passamos pelo desgaste sofrido por nossos colegas professores estaduais com salários atrasados e nunca desistimos de lutar e sonhar. Nos levantamos contra quem regularizou a folha de pagamento atrasada e nos deixou como legado o plano de carreira, a lei de gestão democrática e a lei da gestão escolarizada da merenda ao nos oferecer uma reposição inferior aos índices inflacionários. Defendemos bravamente nosso Piso do Magistério ainda em litígio no Supremo Tribunal Federal.

Desta vez não foi diferente! Diante do anúncio - bastante tardio, diga-se de passagem - de 2,95% relativos a inflação muito abaixo dos 15,5% que resultam da defasagem dos últimos anos em relação ao Piso Nacional do Magistério a categoria demonstrou seu descontentamento, definindo estratégias de mobilização e reafirmando que é a união que nos torna mais fortes e impulsiona nossas conquistas! Nossa paralisação foi o resultado da indignação diante da posição da prefeitura de oferecer um índice de reposição salarial que não contemplava nossas expectativas.

Enquanto isso, dos administradores ouvíamos o discurso da "terra arrasada", que não haveria a menor possibilidade de conceder um reajuste maior que o oferecido diante das dificuldades financeiras e do impacto causado pelas recentes nomeações de professores na rede municipal. Na imprensa, a administração municipal iniciou um intenso discurso sobre honrar o pagamento dos salários em dia gerando profunda apreensão.

Entretanto, fomos para a praça, tomamos a rua e com disposição de luta forçamos um novo encontro com o Executivo. Nele, demonstramos com números que existe a possibilidade de um reajuste maior uma vez que o comprometimento com a folha de pagamento está abaixo do indicado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O resultado foi o compromisso assumido de nos receber novamente com uma nova proposta em julho.

No entanto, não podemos deixar o movimento esmorecer. Precisamos ter sempre em mente aquilo que juntos conquistamos. Os professores que estavam na rua pedindo o piso em 2011 são os mesmos que hoje defendem esse direito e a eles se somaram outros colegas que já ingressaram na rede com esse direito e outros que recentemente passaram a integrar a rede municipal e nunca receberam o piso do magistério. Precisamos manter o foco naquilo que nos fortalece. É assim que iremos avançar em direção aos nossos objetivos.

CHARGE DO ELIAS

ESPAÇO JURÍDICO

WAGNER ADVOGADOS ASSOCIADOS

AÇÕES INDIVIDUAIS SOBRE JUROS PROGRESSIVOS DO FGTS

O Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria (SINPROSM) está orientando seus filiados a ingressarem com ações individuais para cobrança do pagamento dos juros progressivos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. Os servidores que efetuaram a opção pelo regime do FGTS até 20.09.1971 e/ou admitidos até 10.12.1973, que fizeram a opção retroativa prevista na Lei nº 5.958/73, que regulamenta o Fundo, possuem o direito ao recebimento das diferenças.

Sobre os juros progressivos ainda devem incidir as diferenças de expurgos inflacionários relativas aos Planos Verão e Collor I, cujos índices correspondem a 42,72% (janeiro/1989) e 44,80% (abril/1990).

O SINPROSM aconselha seus filiados a esclarecerem dúvidas sobre referido direito junto ao escritório Wagner Advogados Associados, assessoria jurídica da entidade.

O DIREITO

Trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos, anteriormente regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho– CLT, que optaram pelo regime do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS antes de 22 de setembro de 1971 ou que fizeram opção retroativa a partir de 11 de dezembro de 1973, têm direito a receber valores correspondentes aos juros não creditados de forma correta em suas contas. Os juros creditados nas contas vinculadas (taxa fixa de 3% ao ano) não obedeceram ao disposto em lei, que definia a incidência de juros progressivos de 3% a 6% sobre os depósitos.

CAMPANHA SALARIAL

DE VOLTA À MESA

Mobilização da categoria em 12 de junho obriga Executivo a estudar proposta adicional de reajuste, a ser apresentada em julho

Com 84% de escolas paralisadas total ou parcialmente e um ato no centro de Santa Maria envolvendo quase 500 professores, a categoria deu seu recado: os 2,95% de reajuste salarial propostos pela prefeitura são inaceitáveis, bem como as atuais condições de trabalho. As pautas foram apresentadas à administração municipal, após uma tarde de atividades que iniciou na Praça Saldanha Marinho e culminou com uma caminhada até o centro administrativo.

Uma comissão de sete professores foi recebida por membros do governo, novamente sem a presença do prefeito Jorge Pozzobom, que ouviram as reivindicações relativas ao cumprimento da Lei do Piso Nacional do Magistério: 15,5% de reajuste salarial e um terço da carga horária para o planejamento pedagógico. Os professores levaram os dados do Tribunal de Contas do Estado, cuja certidão publicada nesta segunda-feira (11) demonstra que o índice de comprometimento do orçamento com a folha de pagamento caiu de 47,02% para 45,26% neste quadrimestre. "Os argumentos apresentados em abril já não servem mais", contestou a coordenadora de Organização e Patrimônio, Martha Najar.

Mobilização levou administração municipal e professoras a novas negociações sobre o reajuste salarial, que deve ser apresentado até o dia 20 de julho

O chefe da Casa Civil, Guilherme Cortez, reafirmou a disposição do governo para o diálogo e propôs prazo de pelo menos 30 dias para estudos, inclusive com a participação do IPASSP-SM. A coordenação do Sinprosm enfatizou a desconfiança da categoria com a formação de comissões e alargamento de prazos, por normalmente não trazerem resultados concretos. Ficou acordado que até 20 de julho o debate será reaberto, quando a categoria e a administração sentarão novamente à mesa para que uma nova proposta seja apresentada.

Praça Saldanha Marinho foi dos professores municipais mobilizados no dia 12 de junho

PLANEJAMENTO

O grupo demonstrou insatisfação pela falta de continuidade nos debates sobre a implementação do terço da carga horária para atividades extraclasse, também previsto na Lei do Piso Nacional. As professoras relataram as dificuldades de qualificação do trabalho, sobrecarga dos profissionais e falta de retorno da SMED às propostas das direções, desta gestão e na anterior. A gestão comprometeu-se a dar sequência na pauta, para que não haja novos retrocessos (confira matéria na página 4).

MOBILIZAÇÃO

O Sinprosm avalia que o reinício das negociações só se tornou possível com a demonstração de força da categoria nos atos de hoje. "Os professores estão unidos e atentos aos movimentos. Este mês será de mobilização permanente. Precisamos garantir que as conquistas se confirmem", reforça a coordenadora de Comunicação e Formação Sindical, Celma Pietczak.

CAMPANHA SALARIAL

MOBILIZAÇÃO PERMANENTE ATÉ 20 DE JULHO

Assembleia de 28 de junho definiu novas estratégias para o período em que a administração municipal estuda reajuste adicional

Os professores municipais de Santa Maria voltarão às ruas um mês após a mobilização que marcou o Dia dos Namorados. A assembleia convocada pelo Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria nesta quinta-feira (28) aprovou uma série de ações a serem realizadas durante a primeira quinzena de julho, período acordado com a administração municipal para a apresentação de um índice de reajuste salarial maior do que a reposição inflacionária.

Com a avaliação positiva da paralisação de 12 de junho, que reabriu as negociações com o Executivo, a assembleia entende que há a necessidade de manter a mobilização até 20 de julho, quando expira o prazo definido para que professores e governo voltem a se encontrar. Ações pontuais em redes sociais e nas ruas serão organizadas, culminando com uma nova paralisação em 12 de julho na Praça Saldanha Marinho. "Devemos manter os compromissos firmados em evidência, para que não corramos o risco de que não sejam cumpridos", afirma a coordenadora de comunicação Celma Pietczak.

Ações contínuas nas ruas e redes sociais terão ápice com uma nova paralisação no dia 12 de julho, um mês após a realizada no Dia dos Namorados

A categoria reivindica a equiparação ao piso nacional da categoria, que é de R$ 1.227,68. Com os 2,95% encaminhados pela administração municipal, o básico do município ficará em R$ 1,093,66 para carga horária de 20 horas. "Nosso movimento recebeu atenção da imprensa e da sociedade e temos argumentos, mostramos para eles. Vamos nos contentar com 2,95%? Não! Iremos para a rua quantas vezes for necessário", convoca a coordenadora de Organização e Patrimônio, Martha Najar.

CARGA HORÁRIA

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO: AGORA VAI?

Grupo de trabalho proposto pela Secretaria de Educação começa finalmente a reunir-se para estudar aplicação da Lei do Piso

Sinprosm manteve posição pelo cumprimento da Lei do Piso Nacional em reunião na SMEd

O grupo de trabalho para discutir a aplicação da Lei do Piso Nacional do Magistério na questão da distribuição da carga horária começou a reunir-se na Secretaria Municipal da Educação na manhã desta quinta-feira (14).

Conforme a Lei do Piso Nacional do Magistério, a carga horária dos professores deve ser distribuída em 2/3 frente ao aluno e 1/3 em atividades extraclasse, de forma que o profissional tenha condições de planejar, discutir, pesquisar e participar de formações.

A formação foi anunciada pela SMEd no dia 27 de abril, seguindo determinação do prefeito na reunião com a coordenação do Sinprosm em 3 de abril. Porém, até então, não havia sido efetivado. O grupo é formado pelo Sinprosm, SMEd, Conselho Municipal de Educação e as direções da EMEI Luiza Ungaretti e da EMEF Martinho Lutero, escolhidas em sorteio. Os encontros serão mensais e com pauta pré-estabelecida.

A coordenadora de Finanças do Sinprosm, Juliana Moreira, que atua como coordenadora pedagógica na EMEI Luizinho de Grandi, contextualizou a situação crítica enfrentada pelas escolas de educação infantil, as mais prejudicadas pela inexistência do período de planejamento. "Temos muita cobrança pela falta de espaço para trocar experiências, sem ser aquela conversa superficial". As demais professoras também apresentaram suas preocupações e condições atuais de suas escolas, todas sem carga horária em conformidade com a legislação.

A coordenadora de Organização e Patrimônio do Sinprosm, Martha Najar, ponderou que a posição da entidade é de defender que a lei seja cumprida, mas com a responsabilidade de observar em como vai refletir na qualidade do ensino. "Temos que pensar em como vai ser feito dentro das escolas, de que forma vão se organizar, quem vai fazer. O professor precisa ter perfil para a função", afirma.

CAMPANHA SALARIAL

CONFIRA AS TABELAS SALARIAIS ATUALIZADAS

Reposição salarial anunciada pelo Governo Pozzobom significa pouco mais de 31 reais no básico inicial da categoria

O índice da revisão anual do funcionalismo, anunciado no início de junho pela administração municipal, equivale à inflação do ano de 2017: 2,95%. Aprovado posteriormente pela Câmara de Vereadores, os valores retroativos à data-base (março) foram pagos junto com a folha de pagamento no final do mês.

O valor está aquém do reivindicado pela categoria. Para facilitar a visualização das diferenças, incluímos três tabelas. Na primeira (vemelho) constam os valores pagos até março de 2018; na segunda (azul), a matriz salarial válida à partir do reajuste de 2,95%; o último (verde) traz o valor reivindicado pelo Sinprosm, com a equiparação com o piso nacional da categoria.

Para o nível 1 classe A, primeiro da carreira, o reajuste representa R$ 31,33 em valores reais, ainda R$ 134,02 abaixo do piso. "Vamos buscar essa diferença. É o nosso direito, definido por lei. Não podemos nos satiasfazer com migalhas", reafirma a coordenadora Martha Najar.

TABELA 1: BASE SALARIAL VÁLIDA ATÉ MARÇO/2018

		CLASSE						
NÍVEL		A	B	C	D	E	F	G
	Variação	1,000	1,100	1,210	1,331	1,464	1,611	1,772
NÍVEL 1	1,0000	1.062,33	1.168,56	1.285,42	1.413,95	1.555,25	1.711,41	1.882,45
NÍVEL 2	1,4000	1.487,26	1.635,98	1.799,59	1.979,54	2.177,35	2.395,98	2.635,43
NÍVEL 3	1,6800	1.784,72	1.963,19	2.159,50	2.375,45	2.612,82	2.875,18	3.162,52
NIVEL 4	2,0160	2.141,66	2.355,82	2.591,40	2.850,55	3.135,39	3.450,21	3.795,01

TABELA 2: COM O REAJUSTE DE 2,95%

		CLASSE						
NÍVEL		A	B	C	D	E	F	G
	Variação	1,000	1,100	1,210	1,331	1,464	1,611	1,772
NÍVEL 1	1,0000	1.093,66	1.203,04	1.323,34	1.455,67	1.601,13	1.761,89	1.937,98
NÍVEL 2	1,4000	1.531,14	1.684,25	1.852,67	2.037,94	2.241,58	2.466,66	2.713,17
NÍVEL 3	1,6800	1.837,36	2.021,10	2.223,21	2.445,53	2.689,90	2.959,99	3.255,82
NIVEL 4	2,0160	2.204,84	2.425,32	2.667,85	2.934,64	3.227,88	3.551,99	3.906,96

TABELA 1: EQUIPARAÇÃO COM O PISO NACIONAL

		CLASSE						
NÍVEL		A	B	C	D	E	F	G
	Variação	1,000	1,100	1,210	1,331	1,464	1,611	1,772
NÍVEL 1	1,0000	1.227,68	1.242,07	1.366,27	1.502,89	1.653,07	1.819,05	2.000,86
NÍVEL 2	1,4000	1.580,81	1.738,89	1.912,78	2.104,06	2.314,31	2.546,69	2.801,20
NÍVEL 3	1,6800	1.896,97	2.086,67	2.295,34	2.524,87	2.777,17	3.056,02	3.361,44
NIVEL 4	2,0160	2.276,37	2.504,00	2.754,40	3.029,85	3.332,60	3.667,22	4.033,72

ARTIGO

FORMAÇÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS: A CONSTITUIÇÃO DOCENTE DO PROFESSOR

ILUSTRAÇÃO: ELIAS

Sabemos que a formação docente perpassa o tempo e a história, constrói-se de forma histórico-social e em permanente evolução. Contudo, consideramos o contexto, os diferentes conceitos, os papéis e a função social do docente. Essa formação envolve a aquisição de conhecimentos específicos, saberes e fazeres voltados a docência.

Para Mialaret (1991), deve considerar-se a formação acadêmica como uma ligação com a formação continuada sempre visando o futuro, para que o professor formado em diferentes épocas seja capaz de evoluir e desenvolver seu papel unindo os alunos e a educação da época.

Essa formação precisa possibilitar um conhecimento profissional que seja dinâmico que se consolide ao longo da carreira. Refletir sobre os processos formativos conduz à aprendizagem de como desenvolvê-los, favorecendo o desenvolvimento dos profissionais envolvidos no processo. O envolvimento vai constituindo a prática investigativa e, portanto, pedagógica. Os processos formativos estão interligados à interpessoalidade e a reflexividade, envolvendo a compreensão do ensinar, do aprender, do formar-se e, consequentemente, do desenvolver-se profissionalmente.

Dessa forma, precisamos pensar uma formação continuada que dê subsídios aos professores para que possam desempenhar sua função, desenvolver saberes e fazeres que incluam conhecimentos teóricos e práticos e possibilitem sua mediação no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Entendemos que a tarefa dos professores é extremamente complexa o que exige capacidade crítica, ética, compreensão do processo de aprendizagem, respeito às diferenças entre seus estudantes, entre outros e que para isso é preciso competência formativa e profissional, que se referem aos conhecimentos pedagógicos intelectuais adquiridos ao longo do processo formativo e a forma como serão produzidos. Assim, podemos compreender que as competências envolvem um complexo de conhecimentos e habilidades que permitem a resolução de situações para as quais não se tem uma solução, tendo em vista utilizar este complexo na prática pedagógica.

A prática pedagógica necessita ser configurada como a articulação entre saberes e fazeres, em que deve haver a troca permanente entre professor e aluno, professor e professor levando em consideração a produção de conhecimento, sendo necessário que o professor tenha claro que é preciso ter conhecimento de estratégias que auxiliem na investigação das possibilidades de aperfeiçoamento para o desenrolar das situações de ensino.

Esse processo de investigação pode ocorrer de modo contínuo das ações, reflexões, decisões e interações realizadas pelo professor permitindo o aperfeiçoamento da sua prática. Refletir sobre essas investigações, faz-se indispensável, uma vez que possibilita continuar aprendendo e aperfeiçoando sua mediação e organização do processo ensino-aprendizagem. No entanto, essa reflexão não deve ser inconsciente, é preciso uma seus pares, com o intuito da busca pela formação continuada como direito e processo importante para a qualidade da prática pedagógica e do trabalho do professor.

Corroborando com Isaia e Bolzan (2006, p.491)

> *A reflexão, aqui entendida, não é um processo mecânico e solitário, nem um simples exercício de criação ou construção de novas ideias, que pode ser imposto ao fazer docente, mas uma prática que expressa a tomada de decisões, a escolha das mediações e das concepções que temos acerca de nossa ação pedagógica.*

Nesse sentido, encontram-se os posicionamentos de Fernandes e Genro (2009, p. 199) "é preciso discutir as práticas pedagógicas em uma perspectiva de qualidade social que exige uma qualidade de formação do professor, que é essencialmente uma formação humana".

Percebemos assim, que a prática pedagógica pode ser vista como parte de um processo social que envolve a esfera escolar, a dimensão educativa, mas também envolve a relação das dinâmicas sociais que produzem aprendizagem. Para tanto, acreditamos que em todo o processo formativo, investigativo e de aperfeiçoamento da prática é preciso refletir sobre as decisões, ações e interações realizadas no decorrer desses processos.

REFERÊNCIA

MIALARET, G. A formação dos professores. Coimbra: Coimbra, 1991.

ISAIA, S. M. de A.; Verbetes. In: MOROSINI, M.(ed.). Enciclopédia de Pedagogia Universitária. Glossário. INEP/RIES, 2006b, pp. 376-377.

FERNANDES, C. M. B.; GENRO, M. E. Cidadania e práticas pedagógicas: reinvenções possíveis. In: ISAIA, S. M. A.; BOLZAN, D. P. V.; MACIEL, A. M. R. (orgs) Pedagogia universitária: tecendo redes sobre a Educação Superior. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2009.

Memória Sinprosm

VICENTE BRONDANI, O POLITIZADO

Conscientização política e de classe são termos recorrentes na trajetória do professor de história e geografia que contribuiu para a formação do Sinprosm desde os seus primeiros anos. Ainda na ativa, Vicente gosta de estimular o debate

Sou de Santa Maria, mas minha mãe é de Vale Vêneto e meu pai de Arroio Grande. Estudei no Seminário São José todo o primeiro grau e depois no Maria Rocha. Fiz o NPOR, mas não fiquei até o fim, e vestibular para Odontologia na UFSM, mas fiquei na média ponderada. Cursei geografia e história na antiga FIC (atual UFN), com especialização em história da América Latina.

CARREIRA LONGA

Nunca fui de ficar pulando de escola. No início dei geografia, depois história, mas também OSPB e Moral e Cívica. Comecei em 1983 no Oscar Grau, com contrato fechado por 90 dias, que depois foi renovado. Em 1986 fui para o João Pedro Menna Barreto e estou até hoje. Em 1994 teve concurso e fui chamado para o Pão dos Pobres, onde fiquei por três anos, para depois ir para o Fontoura Ilha. Aposentei em 2012 na matrícula mais velha e agora estou suplementando.

POLÍTICA

Sempre fui envolvido. Nas escolas participei dos grêmios e no diretório de estudantes da faculdade. Fui do PCB também. Foi difícil de entrar no magistério na época que não tinha concurso, por que eu era da oposição e eles eram de direita, rastreavam a gente. Sabíamos que nos acompanhavam em casa e pelo telefone, mas nunca fui interpelado. Na escola eu preparava as aulas, registrava no caderno uma coisa e dava outra para os alunos. O sindicato sempre foi braço de partidos, era o que orientava. Mas hoje, na minha opinião, precisa ser apartidário, como na Europa. Teria mais força, mas é difícil. Hoje não tenho mais militância política, desanimei com as camarilhas e as enrolações.

CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Na greve de 1989 que rachamos com os municipários. Era difícil conscientizar o professor. Íamos 12, no máximo 19, nas reuniões para fazer a assembleia do Bilac. O pessoal tinha medo e acomodação também. Acho que agora o pessoal está mais consciente, politizado, participativo, principalmente as mulheres, que são maioria.

É preciso trazer mais professores para discutir e conscientizar. O que o sindicato está fazendo agora, de voltar com os representantes, é um passo importante para trabalhar dentro das escolas e convocar para as assembleias. E o que foi decidido na assembleia precisa ser cumprido, para mim ela é soberana.

CONQUISTAS

O mais importante foi o plano de carreira e as mudanças que houveram depois, mais a favor do servidor do que da administração. A eleição direta de diretores também foi uma conquista do sindicato, antes eram só os cupinchas do prefeito. As mudanças no regime jurídico, o gatilho da inflação para a reposição salarial. Se não for pelo confronto as coisas não vem, a gente sabe, mas antes talvez até negociassem mais, hoje está mais difícil. Até caixão a gente enterrou na frente da Câmara de Vereadores. A precariedade das escolas continua, falta de professores e de funcionários. O que melhorou foi a merenda, a moralidade nos desvios de função.

Vicente (direita, de azul) teve vida longa nas escolas onde atuou. A EMEF Fontoura Ilha é uma delas

SALA DE AULA

Quando entrei no magistério sabia que ia ganhar pouco, estava consciente. Mas eu me realizo de trabalhar com aluno, a gente aprende com eles além de ensinar. Tenho nove ex-alunos que são professor de história, tenho engenheiros, dentistas, médicos, que voltam no colégio depois para agradecer. Tu forma cidadãos e cidadãs para aprender seus direitos, principalmente na história.

Hoje precisa usar muita técnica para prender a atenção dos alunos, às vezes precisa dar uma porrada na mesa. Trabalho muito com seminário, debates, uso pouco o quadro. Tem que fazer associações, por que se não fizer não se aprende. Eles gostam, senão não me escolhiam todo ano como conselheiro. Às vezes precisa bater de frente, por que muitas vezes os pais não conseguem fazer isso em casa, estão perdendo o pulso.

POLITIZAÇÃO

Os alunos estão posicionados. Discutem em casa com os pais, nas redes sociais. Eles não são alienados, sabem da situação do Brasil, da inflação, dos BRIC's. Falam em renovação, mas falam também em eleger o Bolsonaro. Eu explico sobre o que ele representa, quais as coisas que ele pretende. Pergunto se percebem que quem quer que ele se eleja é a classe média alta, os ricos, "e vocês, como é que ficam?". Dizem que o populismo no Brasil acabou e depois pensam na redução do diesel para os caminhoneiros. Os professores de forma geral discutem com eles mais política agora do que antes.

Edição 212 |
Julho de 2018
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe

SINPROSM ENCAMINHA NOVAS AÇÕES COLETIVAS

A assembleia do dia 28 de junho tratou de outras pautas, além da mobilização da campanha salarial. Uma delas foi a apresentação de sete novas ações judiciais a serem apresentadas coletivamente pela assessoria jurídica em nome dos professores municipais de Santa Maria, representados pela entidade sindical.

O advogado Héverton Padilha, da Wagner Advogados Associados, detalhou no encontro cada uma delas. Tratam de:

- abono permanência;
- pagamento de férias sobre suplementação;
- valores pagos administrativamente sem correção monetária;
- cobrança de valores pendentes de exercícios anteriores;
- cálculo do imposto de renda sobre parcelas remuneratórias pagas em atraso;
- incidência de imposto de renda sobre parcelas de natureza indenizatória;
- indenização de férias e licença-prêmio não gozadas;
- contribuição previdenciária sobre parcelas que não integram a aposentadoria.

Todas as propostas foram aprovadas pela assembleia e serão encaminhadas pela entidade.

O associado que tiver interesse em maiores informações sobre as ações podem buscar o plantão na sede do Sinprosm nas tardes de terça-feira ou junto ao escritório da Wagner Advogados.

CRÔNICA EM REDE

OS JOGOS, AS LUTAS E OS CAMPOS DE BATALHA...

A vida é um ciclo, assim como várias outras coisas também o são. O ciclo do momento é a Copa do mundo... de quatro em quatro anos os países se reúnem e voltam a disputar a taça que todos querem, então cada um apresenta suas melhores "armas" para lutarem pelo tão esperado troféu.

Lutas e batalhas são ciclos travados na vida cotidiana. Os professores estão com um olho nos campos da Rússia e o outro nas negociações entre prefeitura e sindicato acerca dos insignificantes 2,95% de reajuste e nada de concreto para a hora atividade...

Em Copas do Mundo, hora se perde, se joga a camisa canarinho no chão, se xinga o técnico, o craque, se fala que a seleção está desacreditada. Daí a próxima Copa chega e todos estão empolgados, acreditando que desta vez a taça vem, a esperança se renova, a camisa sai do fundo da gaveta...

Em negociações de categoria me parece ser semelhante... entra governo, sai governo, nosso "time" hora vence, hora perde, por vezes nos sentimos desacreditados, mas tem momentos em que nos unimos e temos um sentimento de que será desta vez... As negociações estão novamente abertas, os times estão em campo. A prefeitura pediu um prazo de um mês para recalcular e estudar sobre hora planejamento. Nosso time está dando espaço, deixando o outro lado de campo jogar, mas estudando o terreno, e analisando as possibilidades...

O Brasil está em campo, e nós, enquanto torcedores, paramos tudo para assistir os jogos, gritar, torcer, fazer o que nos cabe para vermos a Seleção Canarinho campeã. No dia 12 de Junho o time da categoria jogou bonito, a concentração na praça estava vibrante, gritando, cantando, era dia de jogo para nós! Foi dia de vitória, de jogo de campeonato, uma vitória naquele jogo, pois fomos recebidos na sede do governo e ouvidos. Agora estamos na fase do "mata, mata" e esperamos vencer mais uma batalha: ter a lei do piso respeitada, com reajuste esperado e lei da hora atividade implementada. Será que este ano de Copa será de vitória em todos os campos? Aguardemos os próximos jogos...

Giana Friedrich
Pedagoga especialista em educação infantil e professora da rede municipal

Participe do Crônica em Rede! Envie seu texto com até 1.800 caracteres para sinprosm@gmail.com

SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE SANTA MARIA
Sinprosm
A FORÇA DOS EDUCADORES

Mala Direta Postal Básica
9912342496/2014 - DR/RS
SINPROSM
CORREIOS

CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3223-0168 | 3025-5458

COORDENAÇÃO:
Martha Izabel Pauler Najar, Juliana Corrêa Moreira, Vera Terezinha Simon Monte, Silvana Peruzollo, Celma Pietczak e Leda Marzari

PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA, REDAÇÃO, REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO:

Paulo André Dutra - MTB 13.987

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.200 exemplares